

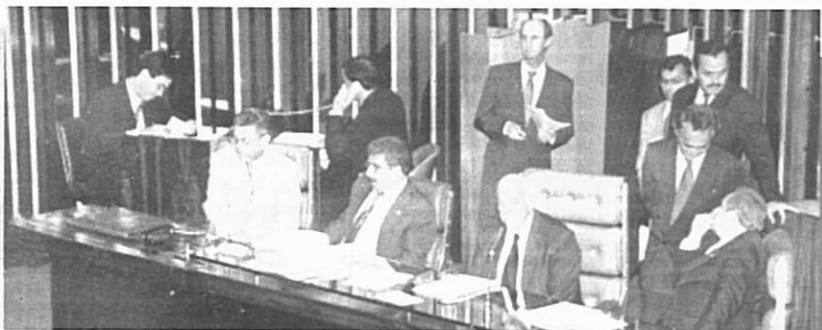
JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV - Nº 728 - BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 7 DE AGOSTO DE 1998

Plenário retoma na próxima semana votação de matérias

Esforço concentrado permitirá aos senadores discutir e votar nove proposições entre terça-feira e quinta-feira



Mesa do Senado deverá ter uma semana de muito trabalho

Ordem do Dia

Principais propostas que o plenário deve apreciar:

- avaliação psicológica dos candidatos em concursos das polícias civis e militares e dos corpos de bombeiros
- limitação das despesas com o funcionamento das câmaras de vereadores e assembleias legislativas
- determinação de que as cédulas de dinheiro contenham marcas de identificação tátil que facilite seu uso por pessoas portadoras de deficiência visual
- direito ao empregado de indicar o banco onde deseja receber o salário
- torna obrigatório o ensino da língua espanhola nos estados brasileiros que fazem fronteira com países do Mercosul

Os senadores deverão fazer, na próxima semana, esforço concentrado para discutir e votar nove matérias já examinadas pelas comissões.

Entre as matérias a serem apreciadas, destaca-se a proposta de emenda constitucional que limita as despesas com o funcionamento das câmaras de vereadores e assembleias

legislativas. Também consta da pauta projeto de lei que torna obrigatória a realização de exame psicológico em candidatos para postos nas polícias civis e militares e nos corpos de bombeiros.

Outro projeto que deve ser votado permite aos assalariados

escolher o banco no qual receberão os seus vencimentos. O autor do projeto, senador Júlio Campos (PFL-MT), pretende acabar com a situação atual, na qual, segundo ele, "os empregados passam a correntistas de forma quase compulsória".

PÁGINA 3

CGJ

Abertura da saúde ao capital estrangeiro

A proposta de emenda constitucional que permite a participação de empresas ou capitais estrangeiros nos planos de saúde é uma das matérias na pauta da reunião da Comissão de Justiça prevista para quarta-feira. Outra matéria que deve ser apreciada é a que redefine os tipos de alimentos que compõem a cesta básica.

PÁGINA 2

CAE

Projeto libera FGTS para criação de microempresa

Poderá ser votado ainda neste mês projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que prevê a possibilidade de o trabalhador movimentar sua conta do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para criar microempresa. De acordo com a proposta, o valor do saque deverá ser de no mínimo 6,2 mil Ufirs - cerca de R\$ 6 mil - e no máximo 12,5 mil Ufirs - aproximadamente R\$ 12 mil. O relator do projeto, senador Jefferson Pêres (PSDB-AM), deu parecer favorável à proposta na forma de substitutivo, que poderá ser discutido e votado quando a comissão voltar a se reunir, na próxima semana.



Antonio Carlos Valadares

PÁGINA 4

Lobão quer criar região metropolitana da capital maranhense

PÁGINA 3

Projeto regulamenta a profissão de administrador hoteleiro

PÁGINA 2

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO
HOJE

- 7h - Entrevista com Levi Santiago, subsecretário da Secretaria de Defesa do Consumidor, sobre o Código de Defesa do Consumidor.
- 8h - "Sete Dias na Política" - entrevista com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sobre os custos de uma campanha política.
- 9h - Sessão plenária (viva).
- 11h30 - Entrevista Especial Unip - programa produzido pela Universidade Paulista, onde o médico Drouzio Varella entrevista a médica oncologista e pediatra Beatriz de Camargo sobre o câncer em criança.
- 12h15 - Entrevista com Levi Santiago, subsecretário da Secretaria de Defesa do Consumidor, sobre o Código de Defesa do Consumidor.
- 13h15 - "Sete Dias na Política" - entrevista com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sobre os custos de uma campanha política.
- 14h30 - Sessão plenária (representação).
- 16h30 - Entrevista Especial Unip - programa produzido pela Universidade Paulista, onde o médico Drouzio Varella entrevista a médica oncologista e pediatra Beatriz de Camargo sobre o câncer em criança.
- 17h30 - Projeto Memória, com o ex-senador José Richa.
- 18h30 - Entrevista com Levi Santiago, subsecretário da Secretaria de Defesa do Consumidor, sobre o Código de Defesa do Consumidor.
- 19h30 - "Sete Dias na Política" - entrevista com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sobre os custos de uma campanha política.
- 20h30 - "Congresso Hoje".
- 20h40 - "Senado em Pauta".
- 21h - Entrevista Especial Unip - programa produzido pela Universidade Paulista, onde

o médico Drouzio Varella entrevista o médico urologista Homero Bruschini sobre as doenças dos rins.

23h - "Sete Dias na Política" - entrevista com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sobre os custos de uma campanha política. Oh - "Fala, Cidadão".

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, instituições e espécies.

Programação sujeita a alterações.

RÁDIO SENADO
HOJE

- 7h30 - Jornal do Senado (1ª edição)
- 9h - Sessão plenária
- 13h30 - Jornal do Senado (2ª edição)
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 22h30 - Jornal do Senado (3ª edição)
- Em seguida - Música e informação

DESTAQUES DE AMANHÃ

- 10h30 - "Autores e Livros" traz a vida e obra do escritor J. J. Veiga. A apresentação é da professora Margarida Patriota.
- 11h - "A Música Erudita e seus Mestres" - No programa, a música sacra francesa: "Glória", de Frances Poulck, e "Missa Breve", de Gabriel Fauré. Apresentação do senador Artur da Távola.
- 22h - "Brahms - Vida e Obra". Esta semana, "Variações sobre um tema de Robert Schumann" - Opus 09, "Squerzdu", em Mi sustenido menor - Opus 14 e "Baladas n.ºs 1 e 2" - Opus 10. Apresentação do senador Artur da Távola.
- DESTAQUES DE DOMINGO
- 11h - "A Música Erudita e seus Mestres" (reprise)
- 17h - "Brahms - Vida e Obra" (reprise)
- 19h30 - "Autores e Livros" (reprise)

CCJ decide se abre saúde ao capital estrangeiro

Mudança na Constituição é uma das propostas que estão na pauta da reunião marcada para a próxima quarta-feira

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania reúne-se na quarta-feira (dia 12), às 10h, para apreciar diversas matérias, entre elas proposta de emenda constitucional de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT) que permite a participação de empresas ou capitais estrangeiros nos planos de saúde. Outra proposição que deve ser apreciada é a que redefine os tipos de alimentos que compõem a cesta básica. Esse projeto é de autoria do senador Epitácio

Cafeteira (PPB-MA).

Também está na pauta proposta de emenda constitucional, do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que dispõe sobre a outorga e a renovação de concessão de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. O projeto de lei do senador Pedro Simão (PMDB-RS) que cria a Secretaria Federal de Controle Interno é outra matéria que deve ser examinada.

A comissão pretende apreciar também proposta que estabele-

ce normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi). O projeto é do senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

A CCJ deve emitir parecer sobre o projeto que institui o estudo de Direitos Humanos na formação policial, apresentado pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ). Estão na pauta ainda normas sugeridas pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) para a divulgação de produtos e serviços relacionados a sexo e a erotismo.

Administrador hoteleiro será função regulamentada

A regulamentação da atividade de administrador nos setores turístico e hoteleiro é o que prevê projeto de lei apresentado pelo senador João Rocha (PFL-TO). Segundo a proposição, somente poderão exercer a atividade os profissionais que possuam diploma de curso superior na área de Administração, com habilitação em Turismo ou em Hotelaria.

Quem já trabalha na área, mas não possui diploma, poderá continuar a fazê-lo, desde que esteja devidamente registrado nos conselhos regionais de administração, até a publicação da lei que está sendo proposta.

Pessoas jurídicas que atuam no setor de administração hoteleira e de turismo, de acordo com o projeto, deverão ser inscritas nos conselhos regionais de administração, assim como os profissionais que as integram. Não podem, contudo, exercer funções reservadas apenas para pessoas físicas, tais



João Rocha quer exigir diploma de nível superior ou registro profissional

como: desempenho na administração pública de cargo relacionado com hotelaria ou turismo, magistério e fiscalização de serviços.

Aos conselhos regionais de administração caberá fiscalizar o correto exercício da atividade e aplicar as penalidades no caso de infrações. Pessoas jurídicas não podem participar das decisões internas dos conselhos regional e federal, nem têm direito a voto.

Prestação de serviços terá mais rigor

Ocupantes de cargos em comissão ou de assessoramento da administração direta, indireta ou fundacional da União poderão ficar proibidos de manter contratos de prestação de serviços com pessoas jurídicas de direito público e com as de direito privado que recebam contribuição do poder público. A proposta, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), deverá ser examinada neste mês pela CCJ.

Com parecer favorável do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), o projeto veda também a participação dos detentores de cargos públicos, mesmo minoritariamente, em empresa privada que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público ou privado.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-5
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BSB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telado) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-SPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0FD 1,17,1,7

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente: Antonio Carlos Magalhães
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
 2º Vice-Presidente: Junia Marisa
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
 2º Secretário: Carlos Patrocínio
 3º Secretário: Flaviano Melo
 4º Secretário: Lucídio Portella
 Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Aguiar da Silva Maia
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Divulgação e Integração: Helvío Rios
 Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
 Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
 Editor-Chefe: Djalma Lima
 Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvia Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvia Costa
 Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
 Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aurliano e Miqueias Dantas dos Moraes
 Fotos: Célio Azevedo, Marcia Kaluma, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
 Arte: Antonio Nogueira

Endereço: Praça dos Três Poderes
 Ed. Anexo I do Senado Federal,
 15º e 16º andares
 Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
 Secretaria Especial
 de Editoração e
 Publicações

Senado deve apreciar nove propostas na próxima semana

Parlamentares realizarão esforço concentrado para discutir e votar em plenário matérias já analisadas pelas comissões, inclusive a que exige avaliação psicológica dos candidatos a ingressar nas polícias civis e militares e corpos de bombeiros



Lobão defende criação da Região Metropolitana de São Luís

O senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu ontem a criação da Região Metropolitana de São Luís, que englobaria, além da capital maranhense, os municípios de São José de Ribamar, Paço de Lumiar e Raposa. Ele esclareceu que, apesar de ter realizado inúmeras tentativas no âmbito do Congresso, a iniciativa para a instituição de regiões metropolitanas cabe ao governo estadual.

Lobão afirmou que, desde a época em que era deputado federal, vem tentando criar a Região Metropolitana de São Luís.

— No entanto, pelas disposições constitucionais, essa iniciativa não pertence à competência federal — justificou o senador, colocando-se à disposição para colaborar com qualquer ação

que seja formalizada com esse objetivo.

A criação de áreas metropolitanas, disse Lobão, está regulamentada pelo disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Constituição, segundo o qual "os estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum".

Edison Lobão comentou que a criação de uma região metropolitana seria muito importante para São Luís e para outros municípios do Maranhão. "Eles teriam maior poder de influência para carrear os benefícios federais tão mereci-



Lobão diz que municípios seriam beneficiados pela integração regional

dos pela população dessas comunidades, que oferecem o seu denodado esforço ao desenvolvimento do estado", explicou.

O Senado realizará na próxima semana um esforço concentrado, destinado a discutir e votar em plenário nove propostas já analisadas pelas comissões. O período de esforço concentrado foi acertado entre as lideranças partidárias e as presidências do Senado e da Câmara, tendo em vista a proximidade das eleições.

Entre os projetos que podem ser votados pelos senadores encontra-se uma proposta que exige avaliação psicológica dos candidatos em concursos das polícias civis e militares e dos corpos de bombeiros. O projeto já foi votado pelos deputados e, no Senado, recebeu parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que propõe mudanças no texto original. Tuma apresentou substitutivo para que os atuais policiais e bombeiros sejam submetidos a cada cinco anos a avaliação psicológica — os deputados quem avaliação anual. O projeto estará em discussão e poderá ser votado na sessão de terça-feira.

Constam ainda da pauta, entre outras matérias, proposta de emen-



Tuma apresentou substitutivo ao projeto votado na Câmara

da constitucional do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que limita as despesas com o funcionamento das câmaras de vereadores e assembleias estaduais e projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que torna obrigatório o ensino da língua espanhola nos estados brasileiros que fazem fronteira com países do Mercosul.

Real pode ter marca para cegos

Os senadores deverão votar na quarta-feira projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) determinando que as cédulas colocadas no meio circulante pelo Banco Central contenham marcas de identificação tátil, que possibilite sua discriminação pelas pessoas portadoras de deficiência visual. O projeto recebeu parecer favorável do relator na Comissão de Assuntos Econômicos, senador Beni Veras (PSDB-CE).

Também faz parte da Ordem do Dia da próxima quarta-feira projeto do senador Júlio Campos (PFL-MT) que assegura ao empregado a indicação do banco onde

quer receber o salário. O projeto conta com parecer favorável do relator na Comissão de Assuntos Sociais, senador Nabor Júnior (PMDB-AC).

Júlio Campos pondera, na defesa de seu projeto, que os trabalhadores não são consultados pelos patrões sobre onde gostariam de ter seu salário depositado e as empresas escolhem a instituição financeira que mais lhes interessa. Assim, os empregados passam a correntistas de instituições financeiras quase de forma compulsória, sem levar em consideração as grandes diferenças de tarifas de serviços cobradas pelos bancos.



PLENÁRIO

SEXTA-FEIRA (7.8.98)

9h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

SEGUNDA-FEIRA (10.8.98)

14h30 - Sessão não deliberativa

TERÇA-FEIRA (11.8.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: "Primeiro dia de discussão em primeiro turno do PEC nº 15/98, que dispõe sobre total da despesa com funcionamento do Poder Legislativo municipal." *PLC nº 55/96, que torna obrigatório o ensino da língua espanhola nas currículas dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus. *PLS nº 38/95, que dispõe sobre ensino da língua espanhola nos estados limítrofes com os países do Mercosul. *PLC nº 99/96, que dispõe sobre municipalização da merenda escolar. *PLC nº 21/97, que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das

polícias e corpos de bombeiros militares e civis

COMISSÕES

TERÇA-FEIRA (11.8.98)

Comissão de Assuntos Econômicos
10h - Pauta: *PLC nº 82/96, que dispõe sobre uniformização de preços de caboto na Amazônia Legal. *PLC nº 119/95, que realoca recursos do Sanebr. *PLC nº 96/94, que altera a Lei nº 7.998, que regula o Programa da Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT. *PLC nº 76/95, que dispõe sobre prestações

devidas a ex-combatente segurados da Previdência Social. *PLS nº 89/98, que modifica a Lei Complementar nº 82/95, e *PLS nº 126/98, que dá nova redação ao artigo 52 da Lei nº 8171/91, sobre política agrícola. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

QUARTA-FEIRA (12.8.98)

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
10h - Pauta: *PEC nº 52/95, que suprime o § 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde. *PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais. *PEC nº

31/96, que suprime os § 2º e § 3º do artigo 223 da Constituição federal, referentes a outorga e renovação de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. *PLS nº 52/95, que cria a Secretaria Federal de Controle Interno como órgão vinculado à Presidência da República. *PLS nº 171/96, que estabelece normas de acesso ao Sisti. Sistema de Administração Financeira. *PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial. e *PLS nº 228/97, que dispõe sobre divulgação, pelos veículos de comunicação de massa, de produtos e serviços relacionados a sexo e o erotismo. Sala 5 - Ala Senador Alexandre Costa

AGENDA

CAE analisa projeto que redireciona recursos de apoio a microempresas

De acordo com a proposta, 40% das verbas serão investidas segundo diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Sebrae nos estados e no Distrito Federal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa na próxima terça-feira projeto proveniente da Câmara que redireciona os recursos destinados ao Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Pelo projeto, 40% do montante serão investidos de acordo com as diretrizes e prioridades regionais estabelecidas pelo Sebrae nos estados e no Distrito Federal, proporcionalmente à arrecadação do ICMS e ao número de habitantes.

Além disso, o projeto propõe a destinação de 25% dessa verba para um fundo destinado à redução das desigualdades entre os estados. Outra novidade seria a alocação de 20% destes recursos para a concessão de crédito às



Durante reunião prevista para a próxima terça-feira, a Comissão de Assuntos Econômicos discutirá também projeto que uniformiza preços cobrados pelo asfalto na Amazônia Legal

pequenas empresas.

A pauta da CAE prevê a votação do projeto que considera integrante da Marinha Mercante o ex-

combatente que, entre março de 1941 e maio de 1945, tenha participado de pelo menos uma viagem em zona de ataques subma-

rios. Outro projeto na pauta uniformiza os preços cobrados pelo asfalto nos municípios da Amazônia Legal.

FGTS poderá ajudar trabalhador a se tornar empresário

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), deverá votar ainda neste mês projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que visa alterar a

pria empresa".

EMPREGOS

Valadares acredita que se comete um equívoco ao proibir que tal operação possa ser feita pelo trabalhador, num momento em que o país precisa gerar empregos. "Olhando sob o ponto de vista da política industrial, é fundamental que incentivemos os pequenos empreendedores. São eles que criam o maior número de empregos", disse. O relator do projeto, senador

Jefferson Péres (PSDB-AM), deu parecer favorável à matéria na forma de substitutivo, que poderá ser discutido e votado tão logo o projeto entre na pauta da comissão. Isto poderá ocorrer já na segunda reunião da CAE neste mês de agosto. Caso o substitutivo seja aprovado, o projeto terá mais um turno de discussão antes de ir ao plenário do Senado.

O saque do FGTS não poderá ser inferior a 6,2 mil Ufirs (cerca de R\$ 6 mil) nem exceder a 12,5 mil Ufirs (cerca de R\$ 12 mil)

Ufirs, ou cerca de R\$ 12 mil, nem poderá ser inferior a 6,2 mil Ufirs, ou cerca de R\$ 6 mil.

Segundo a justificativa de Valadares para a proposta, que tramita em caráter terminativo na CAE, o FGTS foi concebido com a finalidade de "se constituir em uma poupança capaz de atender a diversos objetivos, um dos quais o de permitir ao trabalhador criar sua pró-

BALANÇO COMISSÕES

Proibição de lançamento de títulos até 2010 é destaque do semestre

O balanço dos trabalhos no primeiro semestre da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) indica a aprovação de 72 matérias, num total de 16 reuniões realizadas. Entre as aprovadas nesse período, seis foram em caráter terminativo, dois projetos de lei complementar do Senado, três projetos de resolução, oito da Câmara, 51 ofícios do Banco Central e 22 mensagens do presidente da República. A comissão apreciou ao todo 94 matérias, rejeitando dez projetos e emendas, enviando dois para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e considerando nove prejudicados.

O projeto mais importante aprovado pela comissão foi a Resolução nº 78 do Senado, já em vigor, que estabelece normas sobre operações de crédito interno e externo dos estados, Distrito Federal, municípios e respectivas

autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização. A resolução estabelece limites e condições para a rolagem das dívidas e antecipações de receitas orçamentárias (ARO).

Com essa resolução, os próximos governadores, a serem eleitos em outubro, não poderão lançar novos títulos no mercado até o ano 2010, exceto para a rolagem da dívida. Também ficam impedidos de tomar empréstimos ARO um ano antes de deixar o cargo, o que livrará seus sucessores de pagar dívidas contraídas nas gestões anteriores.

O autor e o relator da resolução, senadores Esperidião Amin (PPB-SC) e Vilson Kleinübing (PFL-SC), explicaram que o principal objetivo é equilibrar as contas públicas, evitando o aumento do endividamento de estados e municípios.

Suplicy anuncia encontro sobre renda mínima

A Conferência Internacional Renda Mínima – Discussões e Experiências, a ser realizada nas próximas terça e quarta-feiras, no Senado, será uma oportunidade para que parlamentares, autoridades econômicas, prefeitos e comunidade acadêmica debatam alternativas para combater a pobreza e o trabalho infantil, disse ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Estão confirmadas, segundo o senador, as presenças do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e do ministro da Fazenda, Pedro Malan, que encerrarão o encontro. O presidente da Câmara, Michel

T e m e r

(PMDB-SP),

vai abrir a

conferência,

que contará

com a partici-

pação de

especialistas

e autori-

dades de vá-

rios países

que já ado-

taram programas

de renda mí-

nima, como

Espanha, Portugal

e Estados Unidos.

Suplicy lamentou

a desistência dos ministros

da Previdência Social,

Waldeck Ornelas,

e do Trabalho,

Edward Amadeu,

que não participarão

mais dos debates devido a

outros compromissos.

A deputada Marta Suplicy (PT-

SP) estará presente à abertura do

encontro, como presidente do

Grupo Interparlamentar Americano

sobre População e Desenvolvimento,

acompanhada do presidente da

Comissão de Assuntos Econômicos

(CAE) do Senado, Pedro Piva

(PSDB-SP),

e do presidente da Comissão de

Finanças e Tributação da Câmara,

deputado Germano Rigotto.

As presenças de representantes

do Instituto de Pesquisa Econô-

mica Aplicada (Ipea), do Depar-

tamento Intersindical de Estatísticas

e Estudos Sócio-Econômicos

(Dieese) e do Fundo de População

das Nações Unidas foram igualmente



Suplicy vê oportunidade para debate sobre programas de renda mínima